

Módulo 3: Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA

3.1. Introdução ao GEF e LDCF

Oficinas de capacitação do LEG para 2012-2013
- Oficina dos PMDs de língua portuguesa e francesa



Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)

Conteúdo deste módulo

Onde estamos?

- Módulo 1:** Trabalhos preliminares
- Módulo 2:** Estratégias para a implementação do PANA
- Módulo 3:** Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA
 - 3.1. Introdução ao GEF e LDCF
 - 3.2. Formulação de propostas de financiamento
 - 3.3. Processos do PIF, PPG de aprovação do Diretor Geral
 - 3.4. Custo e co-financiamento da adaptação
 - 3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF
 - 3.6. Acesso a recursos no âmbito do FA
- Módulo 4:** Melhores práticas e lições aprendidas
- Módulo 5:** Acompanhamento do progresso, monitoramento e avaliação
- Módulo 6:** Acompanhamento do progresso, M&A
- Módulo 7:** O processo do NAP

=====

ESTUDOS DE CASO + CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS



Pontos de aprendizagem:

- Introdução ao GEF e LDCF;
- Compreender as funções do GEF e suas agências no apoio à elaboração e implementação de PANAs.

Questões norteadoras:

- Como obter acesso a recursos do LDCF para a implementação do PANA?
- Quais são os critérios para a seleção de uma agência de implementação?

O GEF no contexto do LDCF

- O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) é o órgão gestor do SCCF e do LDCF;
- As políticas operacionais, procedimentos e estrutura de governança do GEF são aplicados a esses fundos, salvo orientação da COP e decisão do Conselho do LDCF/SCCF em contrário;
- Sua estrutura administrativa é composta pela **Assembleia, Conselho, Secretariado, 10 agências do GEF**, um **Painel Consultivo Científico e Técnico (STAP)**, e pelo **Escritório de Avaliação independente**;
- O **Secretariado do GEF** coordena a implementação de projetos e programas do LDCF, bem como a formulação de políticas e estratégias operacionais;
- O **Ponto Focal Operacional do GEF (OFP)** é designado pelos países, e é responsável por aspectos operacionais das atividades do GEF, como aprovação de propostas de projetos para atestar sua conformidade com planos e prioridades nacionais no nível do país.

Mais informações em: GEF, 2011. Accessing resources under the LDCF. Disponível em: <http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf>.

“A boa relação entre o GEF-OFP e a entidade de coordenação do PANA permitiu o eficiente avanço e melhoria do compartilhamento de informações no nível nacional para a criação de projetos de PANA (BP+LL dos PANAs).”



Contextualização do LDCF

- Instituído em 2001 como um fundo voluntário a ser gerido pelo GEF, e para auxiliar os PMDs no seguinte:**
 - Elaboração e implementação de PANAs;
 - Implementação de outros elementos do programa de trabalho dos PMDs que não os PANAs;
 - Atividades para a elaboração do processo de NAP (*novo*)
- Situação atual:**
 - Recebeu promessas no total de **US\$ 605,85 milhões**, dos quais **US\$ 585,52 milhões** foram pagos, em 31 de janeiro de 2013;
 - Os PANAs indicam a necessidade de pelo menos **US\$ 2 bilhões** para sua plena implementação;
 - Cada PMD atualmente pode ter acesso a até US\$ 20 milhões com base na igualdade de acesso;
 - **US\$ 370 milhões** foram destinados até o momento para a elaboração e implementação de PANAs. Desse montante, **US\$ 114 milhões** foram repassados às agências de implementação;
- Mais informações sobre o LDCF:**
 - Website do GEF-LDCF, <<http://www.thegef.org/gef/LDCF>>;
Última publicação do GEF sobre “O acesso a recursos no âmbito do LDCF”;
 - Website da CQNUMC-LDCF, <<http://unfccc.int/4723.php>>.



Carteira do LDCF nos PMDs francófonos, 18 de março de 2013

Pais	ID do GEF	Projeto tipo	Nome do projeto	Situação	Valor do recurso	Elaboração	Taxas de agência	Recurso total	Co-financiamento
Benin	3704	FSP	Programa de adaptação integrado para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e segurança alimentar	Em implementação	3.410,000	80,000	349,000	3.839,000	7.879,900
Benin	5002	FSP	Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Ocidental e Central visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima - Benin	Aprovado pelo Conselho	4.000,000	100,000	410,000	4.510,000	18.087,302
Burkina Faso	3684	FSP	Fortalecimento das capacidades de adaptação e redução da vulnerabilidade à mudança do clima em Burkina Faso	Em implementação	2.900,000	100,000	300,000	3.300,000	20.094,595
Burkina Faso	5003	FSP	Fortalecimento da coleta de informações sobre o clima e sistemas de alerta precoce na África Ocidental e Central visando o desenvolvimento resistente ao clima e a adaptação à mudança do clima - Burkina Faso	Aprovado pelo Conselho	4.000,000	100,000	410,000	4.510,000	24.305,000
Burkina Faso	4971	FSP	Redução da vulnerabilidade de meios de subsistência dependentes de recursos naturais em duas paisagens em risco dos efeitos da mudança do clima em Burkina Faso: Corredor da floresta de Boucles du Mouhoun e Bacia das áreas úmidas de Mare d'Oursi	Aprovado pelo Conselho	7.000,000		700,000	7.700,000	21.407,000
Burkina Faso	5014	FSP	Integração da resiliência ao clima à produção agropecuária para a segurança alimentar em áreas rurais vulneráveis pela abordagem da Escola de Campo para Agricultores.	Aprovado pelo Conselho	3.810,000		381,000	4.191,000	19.470,000
Burundi	3701	FSP	Melhoria da gestão do risco e adaptação ao clima em Burundi (ECRAMB)	Aprovado pelo Conselho	3.080,000	125,610	320,561	3.526,171	15.660,000
Burundi	4990	FSP	Gestão comunitária do risco de desastres em Burundi	Aprovado pelo Conselho	8.715,000	70,000	871,500	9.656,500	31.300,000
República Centro Africana	4318	FSP	Programa de adaptação integrado para combater os efeitos da mudança do clima na produção agrícola e segurança alimentar na RCA	Aprovado pelo Diretor Executivo	2.780,000	70,000	285,000	3.135,000	5.560,000
Chade	4908	FSP	GGW - Projeto de apoio à produção agrícola (com o manejo sustentável de terras e recursos hídricos)	Aprovado pelo Diretor Executivo	4.629,629		370,371	5.000,000	47.805,000
Comoros	3857	FSP	Adaptação do manejo de recursos hídricos em Comores para aumentar a capacidade de enfrentamento da mudança do clima	Em implementação	3.740,000	100,000	384,000	4.224,000	9.316,318
Comoros	4974	FSP	Melhoria da capacidade de adaptação e resiliência à mudança do clima no setor agrícola de Comores	Aprovado pelo Conselho	8.990,909	100,000	909,091	10.000,000	35.000,000
RD do Congo	3718	FSP	Desenvolvimento da capacidade do setor agrícola na RD do Congo para planejar e responder às ameaças adicionais decorrentes da mudança do clima para a produção e segurança alimentar	Em implementação	3.000,000	100,000	310,000	3.410,000	4.050,000
RD do Congo	5226	FSP	Aumento da resiliência e capacidade de adaptação de mulheres e crianças à mudança do clima na República Democrática do Congo	Aprovado pelo PIF	4.725,000	100000	448,875	5.273,875	15.500,000
Djibuti	3408	FSP	Implementação de intervenções prioritárias do PANAs para aumentar a resiliência nas zonas costeiras de maior vulnerabilidade no Djibuti	Em implementação	2.070,000	75,000	214,500	2.359,500	2.405,000
Djibuti	5021	FSP	Implementação de tecnologias de adaptação em ecossistemas frágeis das planícies centrais do Djibuti	Aprovado pelo Conselho	7.360,000	78,500	743,850	8.182,350	21.650,000

Carteira do LDCF nos PMDs francófonos, 18 de março de 2013

Pais	ID do GEF	Projeto tipo	Nome do projeto	Situação	Valor do recurso	Elaboração	Taxas de agência	Recurso total	Co-financiamento
Guiné	3703	FSP	Aumento da resiliência e adaptação aos impactos adversos da mudança do clima nas zonas costeiras vulneráveis da Guiné	Em implementação	2.970,000	100,000	307,000	3.377,000	162.885,000
Guiné	4692	FSP	Fortalecimento da resiliência dos meios de subsistência de comunidades agrícolas contra a mudança do clima nas comunas guineenses de Goul, Koundara e Mali	Aprovado pelo Conselho	3.716,364	100,000	373,636	4.190,000	50.630,000
Haiti	3733	FSP	Fortalecimento das capacidades de adaptação para enfrentar as ameaças da mudança do clima relativamente a estratégias de desenvolvimento sustentável para as comunidades costeiras do Haiti	Em implementação	3.500,000	100,000	360,000	3.960,000	9.780,000
Haiti	4447	FSP	Fortalecimento da resiliência ao clima e redução do risco de desastres na agricultura a fim de aprimorar a segurança alimentar no Haiti pós-terremoto	Em implementação	2.727,000		272,700	2.999,700	9.329,724
Madagascar	4568	FSP	Adaptação do manejo da zona costeira à mudança do clima em Madagascar considerando a melhoria de ecossistemas e meios de subsistência	Aprovado pelo Conselho	5.337,500	129,650	546,715	6.013,865	11.965,000
Madagascar	5233	FSP	Resiliência ao clima no setor agrícola da região sudoeste de Madagascar Indicativo do GEF	Aprovado pelo PIF	6.272,000		595,840	6.867,840	33.000,000
Mali	3776	FSP	Melhoria da capacidade de adaptação e resiliência à mudança do clima no setor agrícola no Mali	Em implementação	2.340,000	100,000	244,000	2.684,000	8.477,300
Mali	3979	FSP	Integração da resiliência ao clima na produção agrícola visando a segurança alimentar em áreas rurais	Em implementação	2.106,818	75,000	218,182	2.400,000	4.500,000
Mali	4822	FSP	Fortalecimento da resiliência à mudança do clima por meio do manejo agropecuário integrado na zona do Sahel no quadro da abordagem de manejo sustentável da terra	Aprovado pelo Conselho	2.172,727		217,273	2.390,000	9.670,000
Mali	5192	FSP	Fortalecimento da resiliência de grupos de mulheres produtoras e comunidades vulneráveis no Mali	Aprovado pelo PIF	5.460,000		546,000	6.006,000	16.500,000
Mauritânia	3893	FSP	Apoio à adaptação de sistemas de produção agrícola vulneráveis e melhoria da resiliência ao clima de investimentos no setor de recursos hídricos com atividades de adaptação ao clima apropriadas para recursos pecuários e florestas no sul da Mauritânia	Aprovado pelo Diretor Executivo	3.500,000	100,000	360,000	3.960,000	10.473,000
Mauritânia	5190	FSP	Melhoria da resiliência ao clima de investimentos no setor de recursos hídricos com atividades de adaptação ao clima apropriadas para recursos pecuários e florestas no sul da Mauritânia	Aprovado pelo PIF	6.350,000		635,000	6.985,000	14.580,000
Niger	3916	FSP	Implementação de intervenções prioritárias do PANAs para aumentar a resiliência e capacidade adaptativa do setor agrícola à mudança do clima	Em implementação	3.500,000		360,000	3.860,000	10.950,000
Niger	4701	FSP	Ampliação da adaptação comunitária no Niger	Aprovado pelo Conselho	3.750,000	50,000	380,000	4.180,000	13.250,000
Niger	4702	FSP	Integração da resiliência ao clima à produção agropecuária para a segurança alimentar em áreas rurais vulneráveis pela abordagem da Escola de Campo para Agricultores	Aprovado pelo Conselho	3.800,000		380,000	4.180,000	15.200,000
Senegal	4234	FSP	Projeto de adaptação à mudança do clima nas áreas de manejo de bacias hidrográficas e retenção hídrica	Aprovado pelo Diretor Executivo	5.000,000	120,000	512,000	5.632,000	10.175,000
Togo	4570	FSP	Adaptação da produção agrícola no Togo (ADAPT)	Aprovado pelo Conselho	5.354,546	100,000	545,454	6.000,000	13.000,000

Acesso a recursos no âmbito do LDCF

Requisitos:

- Acesso aberto aos PMDs;
- O país precisa ter concluído e submetido seu PANA ao Secretariado da CQNUMC para ser publicado online <<http://unfccc.int/4585.php>>;
- Os países podem acessar o fundo com assistência de uma das 10 **agências do GEF**;
- Os projetos precisam seguir as prioridades do PANA;
- Os projetos de PANA submetidos para implementação seguem a simplificação do **ciclo de projetos do LDCF**.

RESUMO DO PROCESSO E CONCEITOS BÁSICOS

- O Proponente de Projeto do LDCF elabora o conceito de um projeto e solicita a assistência de uma Agência de Implementação do GEF (ver Fig. 1)
- O Proponente de Projeto do LDCF garante a aprovação do Ponto Focal Operacional nacional do GEF.
- Os projetos acima de US\$ 2 milhões são chamados de projetos completos (FSP); os projetos até US\$ 2 milhões são chamados de projetos de médio porte (MSP). Os MSPs seguem um ciclo de projeto simplificado em comparação com os FSPs.
- Para os FSPs, a submissão ao GEF no âmbito do LDCF começa com um Formulário de Identificação de Projeto (PIF), seguido do Formulário de Aprovação do Diretor Geral. Os MSPs podem começar com esse formulário. Uma vez que o projeto seja aprovado pelo Diretor Geral do GEF, o financiamento é liberado para a Agência de Implementação.

Fonte: GEF, 2011. Accessing resources under the LDCF. Disponível em <http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf>.



Agências do GEF

- As agências do GEF auxiliam os países na criação, implementação e gerenciamento de seus projetos;
- São solicitados a concentrar seu envolvimento nas atividades do projeto dentro de suas respectivas **vantagens comparativas**;
- As agências do GEF podem se unir entre si em casos em que um projeto requer a competência e experiência de mais de uma agência (Instrumento do GEF, § 28).



Fonte: GEF, 2011. Accessing resources under the LDCF. Disponível em <http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf>.



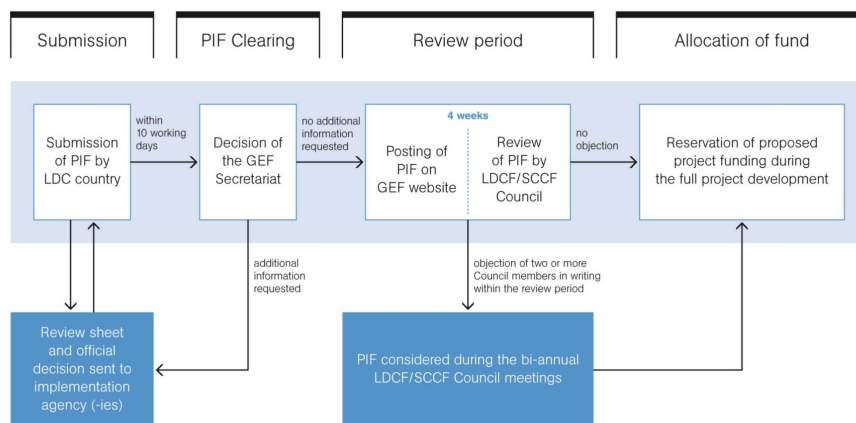
Seleção de uma agência adequada para a implementação do PANA

- a) A vantagem comparativa da agência (GEF/C.31/5):
- Papel institucional e funções básicas;
 - Capacidade, competência e experiência efetivas para implementar projetos do GEF;
 - Capacidade de garantir a execução e gerenciamento de projetos por meio da presença de campo ou redes de contatos firmadas em nível nacional ou regional; e
 - Desempenho geral na implementação de projetos.
- b) Experiências anteriores;
- Uma agência que tenha experiência em determinada atividade pode facilmente aplicar sua experiência em projetos semelhantes (BP+LL – Volume 1).
- c) Relações de trabalho com a agência:
- Muitos países informaram que boas relações de trabalho com uma agência no nível do país podem gerar uma interação bastante positiva e boa implementação dos projetos do PANA (BP+LL – Volume 1).



Fluxo de procedimentos e processamento do PIF para projetos do LDCF

* As etapas completas do ciclo de projetos do LDCF estão nos folhetos



Fonte: CQNUMC, 2009. Guia passo-a-passo para a implementação de PANAs



Últimos acontecimentos: abordagem programática

- O financiamento no âmbito do LDCF concentrou-se principalmente em projetos-piloto para demonstrar como a adaptação pode ser abordada na prática em campo nos PMDs;
- Com os crescentes níveis de financiamento e mudança na estrutura de financiamento para a adaptação no âmbito do GEF, os países agora podem adotar abordagens programáticas na implementação de seus PANAs;
- **Abordagem Programática (AP)** – programa de projetos com objetivos comuns, visando a obtenção de economias de escala e a sustentabilidade, a melhoria da integração horizontal e vertical, e maiores oportunidades para otimizar parcerias e co-financiamentos. Delegação de aprovações de projetos a agências habilitadas, como os PMDs



Últimos acontecimentos: abordagem programática

- Além dos elementos a serem considerados no PIF, os Documento-Quadro de Programa devem fornecer informações adequadas acerca do seguinte:
 - Valor adicionado da AP: o programa apresenta oportunidades para tratar do ambiente propício, investimentos locais e elementos transversais de forma mais abrangente do que é atualmente possível por meio de projetos estanques? Quais são as economias de escala?
 - Parcerias: o PFD identifica parceiros relevantes? Como eles contribuirão para os objetivos do programa?
 - Gestão do conhecimento: como as melhores práticas e lições serão compartilhadas entre os parceiros/países/projetos no âmbito do programa e além?



Últimos acontecimentos: Financiamento e estratégia de programação do LDCF/SCCF do GEF para 2014-2018

- O Secretariado do GEF está elaborando sua próxima estratégia para o período 2014-2018
- O Fundo se baseará na experiência com a implementação de PANAs, concentrando-se em áreas fundamentais como: Agricultura e segurança alimentar, manejo de recursos hídricos, manejo de zonas costeiras, infraestrutura (cidades e transporte), gestão do risco de desastres, manejo de recursos naturais, sistemas de informação (inclusive sistemas hidrometeorológicos/climáticos) e saúde
- Os novos mecanismos de inovação enfatizarão o seguinte:
 - Mobilização do setor privado
 - Transferência de riscos e seguro
 - Lançamento das bases para o médio e longo prazos
- Expansão de sinergias em áreas interfocais:
 - Sistemas urbanos resistentes ao clima
 - Adaptação baseada em ecossistemas
 - Pequenos Estados Insular em Desenvolvimento



Últimos acontecimentos: Financiamento e estratégia de programação do LDCF/SCCF do GEF para 2014-2018 (continuação)

- A estratégia seguirá a visão de longo prazo do GEF, também em fase de elaboração
- A visão de longo prazo do GEF irá enfatizar:
 - Inovação;
 - Ampliação;
 - Adaptação no longo prazo;
 - Sinergias e parcerias, e
 - Gestão do conhecimento.
- Esses temas serão aplicados em toda a programação nas áreas essenciais de intervenção do GEF.



Últimos acontecimentos: Planos nacionais de adaptação

- A COP da CQNUMC, por ocasião de sua 18ª sessão, solicitou ao GEF que prestasse financiamento do Fundo de Países Menos Desenvolvidos [LDCF] para cobrir o custo integral acordado, conforme o caso, de atividades para permitir a elaboração do processo do plano nacional de adaptação [PNA]
- A COP também convidou as Partes países desenvolvidos para ampliar sua contribuição ao LDCF e ao SCCF a fim de viabilizar as atividades para a elaboração do processo do plano nacional de adaptação
- O Conselho do LDCF/SCCF, em sua 13ª sessão, solicitou que “o Secretariado do GEF elaborasse um documento, para a próxima reunião do Conselho, sobre como o GEF irá operacionalizar o apoio para permitir as atividades para a elaboração do processo do [NAP]
- O Secretariado do GEF irá realizar consultas com os membros do Conselho e outras partes interessadas pertinentes entre fevereiro e abril de 2013.



Últimos acontecimentos: Sinergias com outros fundos do GEF

- Os projetos do GEF-5 podem buscar financiamento no âmbito de vários fundos fiduciários, inclusive o LDCF e o SCCF.
- Os projetos que contam com vários fundos fiduciários podem permitir a realização de economias de escala, e a promoção da integração entre setores, estratégias e políticas nacionais, e convenções ambientais.
- Embora um projeto específico possa utilizar recursos de vários fundos fiduciários, deve fazê-lo de acordo com o mandato e critérios de elegibilidade de cada fundo e janela de financiamento.
- Até o momento, o Conselho do LDCF/SCCF aprovou cerca de US\$ 22 milhões em recursos do LDCF para seis projetos que contam com vários fundos fiduciários (no Chade, Etiópia, Maláui, Mali, Ruanda e Togo).



Módulo 3: Acesso aos recursos financeiros

3.2. Acesso a recursos no âmbito do LDCF - Formulação de propostas de financiamento

Oficinas de capacitação do LEG para 2012-2013
- Oficina dos PMDs de língua portuguesa e francesa



Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)

Conteúdo deste módulo

Onde estamos?

Módulo 1: Trabalhos preliminares

Módulo 2: Estratégias para a implementação do PANA

Módulo 3: Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA

3.1. Introdução ao GEF e LDCF

3.2. Formulação de propostas de financiamento

3.3. Processos do PIF, PPG e aprovação do Diretor Geral

3.4. Custo e co-financiamento da adaptação

3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF

3.6. Acesso a recursos no âmbito do FA

Módulo 4: Melhores práticas e lições aprendidas

Módulo 5: Acompanhamento do progresso, monitoramento e avaliação

Módulo 6: Acompanhamento do progresso, M&A

Módulo 7: O processo do NAP

=====

ESTUDOS DE CASO + CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS



Pontos de aprendizagem:

- Introdução ao GEF e LDCF;
- Compreender as funções do GEF e suas agências no apoio à elaboração e implementação de PANAs.

Questões norteadoras:

- Como obter acesso a recursos do LDCF para a implementação do PANA?
- Quais são os critérios para a seleção de uma agência de implementação?

Etapas preliminares

- a) **Identificar o foco e o contexto:**
- Justificativa: Prioridade(s), setor(es) ou área(s) do PANA a abordar;
 - Abordagem: projetos, setorial/programática;
- b) **Mapeamento com objetivos nacionais de desenvolvimento:**
- Objetivos ambientais, sociais e de desenvolvimento;
 - Abordagens setoriais nacionais aplicáveis;
- c) **Envolvimento das partes interessadas:**
- Em conformidade com a Política de Envolvimento Público do GEF (*GEF/C. 7/6*);
- d) **Seleção de agência(s) do GEF:**
- Vantagem comparativa;
 - Experiência da agência na área;
 - Relações de trabalho;



Definição de objetivos e resultados do projeto

- a) **Objetivo(s):**
- Redução da vulnerabilidade aos impactos adversos da mudança do clima;
 - Ampliação da capacidade adaptativa para responder aos impactos da mudança do clima;
 - Promoção da transferência e adoção de tecnologia de adaptação;
- b) **Resultados ou efeitos previstos:¹**
- Integração da adaptação aos marcos gerais de desenvolvimento;
 - Redução da vulnerabilidade nos setores de desenvolvimento;
 - Diversificação e fortalecimento dos meios de subsistência;
 - Ampliação do conhecimento e compreensão dos riscos induzidos pela mudança do clima;
 - Fortalecimento da capacidade de adaptação para reduzir os riscos de perdas induzidas pelo clima;
 - Fortalecimento da consciência e controle da adaptação;
 - Demonstração, implantação e transferência de tecnologias de adaptação relevantes;
 - Aprimoramento do ambiente propício para apoiar a transferência de tecnologias de adaptação.



identificação de atividades de referência

a) Áreas a considerar:

- Marcos, planos, estratégias, políticas, programas e projetos nacionais de desenvolvimento pertinentes;
- Capacidade infraestrutural, institucional e humana existente;
- Dados, informações, conscientização, etc.;

• Atividades de referência podem contar para o co-financiamento:

- Assistência para o desenvolvimento (bilateral ou multilateral);
- Orçamento do governo;
- Contribuições de ONGs e grupos comunitários.

Tudo acima pode ser em dinheiro/subvenção, empréstimo, empréstimo em condições favoráveis ou em espécie.



Recursos (disponíveis e necessários)

a) Recursos financeiros:

- Recursos disponíveis no âmbito do LDCF;
- Apoio possível de recursos locais: governo, setor privado, ONGs, etc.;
- Apoio possível de fontes bilaterais, multilaterais, regionais e internacionais;

b) Capacidade institucional:

- Estruturas, sistemas, políticas, regulamentos, comitês e funções);

c) Capacidade humana:

- Pessoal, competências, instalações;

d) Ferramentas:

- Dados, informações, modelos, artigos para consumo, etc...
-



Monitoramento e avaliação

- Definição de um plano de monitoramento e avaliação ao longo do projeto;
- O Marco de Gestão baseada em Resultados do LDCF/SCCF tem de ser adotado na fase de concepção do projeto/programa, e aplicado para mensurar o progresso ao longo da implementação;



Referências

GEF, 2010. Strategy on Adaptation to Climate Change for the Least Developed Countries Fund (LDCF) and the Special Climate Change Fund (SCCF). <<http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/GEF-ADAPTION%20STRATEGIES.pdf>>



Módulo 3: Acesso aos recursos financeiros

3.3. Acesso aos recursos financeiros no âmbito do LDCF - Processos do PIF, PPG e aprovação do Diretor Geral

Oficinas de capacitação do LEG para 2012-2013
- Oficina dos PMDs de língua portuguesa e francesa



Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)

Conteúdo deste módulo

Onde estamos?

Módulo 1: Trabalhos preliminares

Módulo 2: Estratégias para a implementação do PANA

Módulo 3: Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA

3.1. Introdução ao GEF e LDCF

3.2. Formulação de propostas de financiamento

3.3. Processos do PIF, PPG e aprovação do Diretor Geral

3.4. Custo e co-financiamento da adaptação

3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF

3.6. Acesso a recursos no âmbito do FA

Módulo 4: Melhores práticas e lições aprendidas

Módulo 5: Acompanhamento do progresso, monitoramento e avaliação

Módulo 6: Acompanhamento do progresso, M&A

Módulo 7: O processo do NAP

ESTUDOS DE CASO + CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS



Pontos de aprendizagem:

Introdução ao GEF e LDCF;

Compreender as funções do GEF e suas agências no apoio à elaboração e implementação de PANAs.

Questões norteadoras:

- Como obter acesso a recursos do LDCF para a implementação do PANA?
- Quais são os critérios para a seleção de uma agência de implementação?

Principais elementos do PIF

1. **Objetivo:** do projeto/projeto;
2. **Componentes:** por tópico/tema ou por objetivo/resultado;
3. **Produto:** resultados imediatos (ex.: política de mudança do clima, programa de capacitação para agricultores);
4. **Resultados:** efeitos dos produtos;
5. **Estimativa de orçamento e co-financiamento.**



Justificativa do PIF

- i. **Coerência:** com estratégias do GEF/LDCF, com estratégias nacionais;
- ii. **Resumo do projeto:**
 - **Vulnerabilidades e riscos:** PANA, comunicação nacional, outras fontes;
 - **Amplificadores antrópicos:** ex.: padrões de uso da terra, utilização de recursos naturais;
 - **Atividades necessárias para abordar a vulnerabilidade/riscos:** intervenções;
 - **Cenário de referência:** políticas, planos e programas existentes;
 - **Custo adicional:** comparação entre custos da adaptação e custos da inação;
- iii. **Benefícios socioeconômicos:** inclusive outros fatores, como gênero;
- iv. **Possíveis riscos e barreiras e medidas para abordá-los;**
- v. **Envolvimento das partes interessadas;**
- vi. **Articulação com outras iniciativas afins;**
- vii. **Vantagem comparativa da agência do GEF.**



Fase de PPG

1. Para permitir a oferta de **recursos para a elaboração de um documento de projeto completo**:

- Principalmente recursos humanos e técnicos;
- Limitação de consultas e coleta de dados e informações.

2. **Atividades comuns** durante a elaboração do documento de projeto completo incluem:

- Seleção do local do projeto;
- Viabilidade técnica;
- Análises institucionais;
- Consultas a partes interessadas, inclusive comunidades locais;
- Avaliações de referência física;
- Documentação do projeto;
- Confirmações de co-financiamento;
- Providências de implementação;



Documento de projeto completo

Semelhante ao PIF, porém com maior detalhamento e de informações e justificativas, com detalhes sobre:

- Marco do projeto;
- Fontes e montantes efetivos de financiamento;
- Justificativas, vínculos e justificativa de custos adicional do projeto;
- Plano de monitoramento e avaliação;
- Planos de implementação



Marco de gestão baseada em resultados do GEF para projetos do LDCF

- a) Usado para **medir o progresso** e **resultados** do projeto;
- b) Centrado em **monitoramento** e **avaliação**:
 - **Monitoramento** – fornece informações sobre a situação de um programa/projeto a qualquer momento em relação às respectivas metas e resultados;
 - **Avaliação** – fornece evidências do porquê de metas e resultados terem sido ou não alcançados por meio da determinação da relevância, impacto, eficácia, eficiência e sustentabilidade das intervenções e contribuições dos parceiros envolvidos;
- c) Utiliza **referência, metas, indicadores e meios de verificação** do programa/projeto;
- d) Fatores medidos nos programas/projetos:
 - Abrangência;
 - Eficácia;
 - Sustentabilidade;
 - Reprodutibilidade.



Ferramenta de Monitoramento e Avaliação da Adaptação (AMAT)

- Ferramenta flexível – fase-piloto.
- As agências somente devem escolher ao menos dois indicadores de resultados e dois indicadores de produtos para um ou mais objetivos estratégicos visados no projeto
- As agências podem incluir indicadores próprios (para o Resultado 1.2; Produto 1.2.1)
- Uma vez selecionados os indicadores básicos na aprovação do Diretor Geral, o projetos atendem a referência e o nível da meta prevista para cada indicador

Mid-term Results		Target at CEO Endorsement		Baseline
Number	Type	Number	Type	Number
		0	-	0
		0	-	0
		0	-	0
		0	-	0
		0	-	0
		0	-	0
		0	-	0
Type	YES/NO	Type	YES/NO	Type
		-	-	-
		-	-	-
		-	-	-
		-	-	-
Type	Score	Type	Score	Type
		-	-	-
		-	-	-
		-	-	-
		-	-	-



Marco de gestão baseada em resultados do GEF para projetos do LDCF

Exemplo de marco de resultados do projeto: Adaptação da produção agrícola no Togo

Este projeto atende aos seguintes Objetivos Estratégicos do LDCF/SCCF:

- Objetivo 1: Redução da vulnerabilidade aos impactos adversos da mudança do clima, inclusive da variabilidade, nos níveis local, nacional, regional e global
- Objetivo 2: Aumento da capacidade de adaptação para responder aos impactos da mudança do clima, inclusive da variabilidade, nos níveis local, nacional, regional e global
- Os indicadores de resultados e produtos são selecionados e descritos na Ferramenta de Monitoramento e Avaliação da Adaptação (AMAT)
- A AMAT deve ser apresentada com a aprovação do Diretor Geral, em etapa intermediária e no final do projeto.
- A AMAT mostra os seguintes valores: referência, meta pretendida e progresso realizado na fase intermediária e no fim.

[breve demonstração da AMAT]



Crítérios do GEF para a aprovação de projetos do LDCF

Conforme a estrutura do PIF, o exame abrange os seguintes critérios:

- i. **Elegibilidade** do projeto para financiamento no âmbito do LDCF;
- ii. **Vantagem comparativa** da agência;
- iii. **Disponibilidade de recursos** prevista no LDCF;
- iv. **Coerência** do projeto com as estratégias do LDCF, estratégias nacionais, sustentabilidade;
- v. **Concepção do projeto**: referência, relação custo-benefício, justificativa de custo adicional, solidez do marco, metodologia e premissas, benefícios socioeconômicos, participação das partes interessadas, possíveis riscos, sinergia, esquemas de implementação;
- vi. **Financiamento do projeto**: justificativa do orçamento, cofinanciamento;
- vii. **Monitoramento e avaliação** do projeto: ferramentas de acompanhamento, plano de M&A;
- viii. **Respostas da agência** aos comentários.



Referências

1. GEF, 2011. Accessing resources under the LDCF. Disponível em <http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf>;
2. GEF, 2008. Results-based management framework for LDCF and SCCF. GEF/LDCF.SCCF.5/3;
3. Ficha de Avaliação do GEFSEC para FSP_MSP, novembro de 2011. Disponível em <http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/documents/document/GEFSEC%20Review%20Sheet%20for%20FSP_MSP%20November%202011.doc>;
4. Ferramenta de Monitoramento e Avaliação da Adaptação. Disponível em <http://www.thegef.org/gef/tracking_tool_LDCF_SCCF>;



Módulo 3: Acesso aos recursos financeiros

3.4 Custo e co-financiamento da adaptação

Oficinas de capacitação do LEG para 2012-2013
- Oficina dos PMDs de língua portuguesa e francesa



Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)

Conteúdo deste módulo

Onde estamos?

Módulo 1: Trabalhos preliminares

Módulo 2: Estratégias para a implementação do PANA

Módulo 3: Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA

3.1. Introdução ao GEF e LDCF

3.2. Formulação de propostas de financiamento

3.3. Processos do PIF, PPG de aprovação do Diretor Geral

3.4 Custo e co-financiamento da adaptação

3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF

3.6. Acesso a recursos no âmbito do FA

Módulo 4: Melhores práticas e lições aprendidas

Módulo 5: Acompanhamento do progresso, monitoramento e avaliação

Módulo 6: Acompanhamento do progresso, M&A

Módulo 7: O processo do NAP

=====

ESTUDOS DE CASO + CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS



Pontos de aprendizagem:

Introdução ao GEF e LDCF;

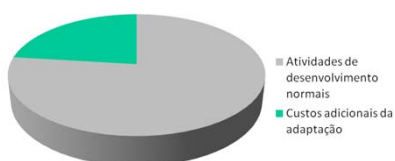
Compreender as funções do GEF e suas agências no apoio à elaboração e implementação de PANAs.

Questões norteadoras:

- Como obter acesso a recursos do LDCF para a implementação do PANA?
- Quais são os critérios para a seleção de uma agência de implementação?

O custo da adaptação no contexto do LDCF

- A adaptação está intimamente relacionada ao desenvolvimento;
- O enfrentamento dos impactos adversos da mudança do clima impõe custos adicionais (custos para atender às necessidades de adaptação imediatas);
- Atividades que seriam implementadas independentemente da mudança do clima são consideradas como parte do desenvolvimento normal (**cenário tendencial** ou **a referência**);
- O custo adicional (**custo da adaptação**) é a quantidade de recursos necessários para implementar medidas de adaptação que não seriam necessárias na ausência da mudança do clima;
- O principal objetivo do LDCF é financiar o custo integral da adaptação (**custo da adaptação**) para projetos de PANA, ou seja, necessidades urgentes e imediatas para enfrentar os efeitos da mudança do clima;



O conceito de co-financiamento no âmbito do LDCF

- Serve para **demonstrar** que as atividades de adaptação propostas estão **firmemente ancoradas** em atividades de desenvolvimento existentes (já financiadas);
- Não há **requisito de captação de recursos** para o co-financiamento no sentido tradicional (ou seja, a busca de novos recursos financeiros que seriam aplicados diretamente no projeto);
- O co-financiamento **baseia-se em financiamento existente para projetos de desenvolvimento** que fornece o co-financiamento de fato em campo;
- Para concretizar o procedimento de co-financiamento, o LDCF exige um compromisso declarado dos co-financiadores relevantes quanto às atividades de referência existentes em que a proposta de projeto de adaptação será baseada;
- Os **co-financiador(es) declaram** que destinarão uma certa parcela de seus recursos existentes ao objetivo do projeto.



Mobilização de co-financiamento para projetos do PANA

As fontes incluem:

- Principais planos, programas e atividades nacionais de desenvolvimento;
- Políticas nacionais para setores essenciais;
- Políticas para a redução da pobreza;
- Estratégias para o crescimento econômico e orçamentos de investimento nacional;
- Políticas de governança (ou seja, descentralização);
- Investimentos em ciência e tecnologia (infraestrutura de dados);
- Planos de prontidão para desastres;
- Estratégias, planos e projetos de parceiros para o desenvolvimento.



EXEMPLE 1 COFINANCEMENT ET CÔÛT DE L'ADAPTATION DANS UN SCÉNARIO DE DÉVELOPPEMENT NORMAL

Cet exemple porte sur un projet d'irrigation normal imaginaire qui pourrait déjà être soit au stade de la planification/conception soit en cours d'exécution. Il montre comment une intervention d'adaptation au changement climatique, financée par le Fonds pour les PANA, pourrait être préparée. Dans cet exemple, une plaine côtière est tributaire de l'agriculture qui, jusque-là, dépendait de l'exploitation des ressources souterraines. Une approche qui toutefois n'est pas viable à long terme, car elle entraîne l'épuisement des ressources en eau et la détérioration de leur qualité. Le gouvernement examine donc d'autres solutions pour remplacer les eaux souterraines par les eaux de surface aux fins d'irrigation, et décide de demander l'aide d'une institution de développement multilatérale. Le changement climatique et ses effets sur les ressources en eau dans l'avenir ne sont pas pris en considération. Les composantes du projet normal sont décrites dans la colonne intitulée « Scénario de base / normal » de ce tableau. Même si l'exécution est en cours, l'adaptation au changement climatique pourrait s'appliquer aux composantes 2 et 3. Toutefois, comme le montre cet exemple, l'intervention liée au changement climatique est en général le plus efficace si elle est intégrée au stade le plus précoce de l'intervention en faveur du développement.

	SCÉNARIO DE BASE / NORMAL	AVEC CHANGEMENT CLIMATIQUE
DESCRIPTION DU PROBLÈME	Pour accroître la production agricole dans un delta de faible altitude, le gouvernement a soutenu la croissance agricole grâce à l'exploitation de ressources en eaux souterraines. Toutefois, le développement rapide s'est accompagné d'un épuisement excessif des réserves d'eau souterraine et d'une détérioration de la qualité de la ressource. Pour résoudre ce problème, le gouvernement examine différentes solutions pour remplacer les eaux souterraines par les eaux de surface aux fins d'irrigation.	Le changement climatique devrait diminuer les ressources en eau disponibles et relever le niveau de la mer dans cette zone de faible altitude, ce qui entraverait la salinisation du sol et de l'aquifère (infiltration des eaux salées). Pour résoudre ce problème, le gouvernement a demandé à l'Entité d'exécution d'intégrer les considérations liées à l'adaptation au changement climatique au projet d'irrigation.
COMPOSANTES DU PROJET	Composante n°1 : Programme de conception, de construction et d'exploitation d'un système d'approvisionnement en eau de surface (105 millions de dollars). Composante n°2 : Appui technique aux propriétaires de petites et moyennes exploitations agricoles grâce aux mécanismes de marché (2 millions de dollars). Composante n°3 : Appui au développement des institutions et au renforcement des capacités de l'unité de gestion du projet, de l'organisme de régulation et du Conseil des usagers de l'eau (6 millions de dollars).	L'intégration des considérations liées au changement climatique pourrait déboucher sur une conception, une construction et une exploitation à l'épreuve du climat, qui viserait par exemple à assurer des quantités suffisantes d'eau pour contrer les effets du changement climatique, à planifier et hiérarchiser les zones à irriguer tenant compte des considérations liées au changement climatique, et à dimensionner le système de façon à satisfaire la demande de pointe durant les mois d'été envisagés sur la base des scénarios de l'évolution du climat. (3 millions de dollars). Appui technique aux agriculteurs en matière de changement climatique, qui inclut la sensibilisation, l'élaboration de stratégies de renforcement de la capacité d'adaptation à la modification du climat telles que la diversification des sources de revenus, l'assurance récolte et les systèmes d'utilisation des eaux. (0,7 million de dollars). Appui au développement des institutions et au renforcement des capacités de l'unité de gestion du projet, de l'organisme de régulation et du Conseil des usagers, spécifiquement axé sur l'adaptation au changement climatique (1 million de dollars).
CÔÛT	Côût du scénario de développement normal	Côût additionnel de l'adaptation
FINANCÉ PAR :	BMEL, le Fonds mondial, ministère de Ressources en eau et de l'Irrigation	Fonds pour les PANA



COFINANCEMENT

RENSEIGNEMENTS RELATIFS AU DISPOSITIF POUR LE PANA

FINANCEMENTS DU FONDS POUR LES PANA

Módulo 3: Acesso aos recursos financeiros

3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF

Oficinas de capacitação do LEG para 2012-2013
- Oficina dos PMDs de língua portuguesa e francesa



Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)

Conteúdo deste módulo

Onde estamos?

Módulo 1: Trabalhos preliminares

Módulo 2: Estratégias para a implementação do PANA

Módulo 3: Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA

- 3.1. Introdução ao GEF e LDCF
- 3.2. Formulação de propostas de financiamento
- 3.3. Processos do PIF, PPG de aprovação do Diretor Geral
- 3.4. Custo e co-financiamento da adaptação
- 3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF
- 3.6. Acesso a recursos no âmbito do FA

Módulo 4: Melhores práticas e lições aprendidas

Módulo 5: Acompanhamento do progresso, monitoramento e avaliação

Módulo 6: Acompanhamento do progresso, M&A

Módulo 7: O processo do NAP

=====

ESTUDOS DE CASO + CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS

Pontos de aprendizagem:

- Introdução ao GEF e LDCF;
- Compreender as funções do GEF e suas agências no apoio à elaboração e implementação de PANAs.

Questões norteadoras:

- Como obter acesso a recursos do LDCF para a implementação do PANA?
- Quais são os critérios para a seleção de uma agência de implementação?



Abordagem programática para os PANAs

- O financiamento no âmbito do LDCF concentrou-se principalmente em projetos-piloto para demonstrar como a adaptação pode ser abordada na prática em campo nos PMDs;
- Com os crescentes níveis de financiamento e mudança na estrutura de financiamento para a adaptação no âmbito do GEF, os países agora podem adotar abordagens programáticas na implementação de seus PANAs;
- **Abordagem Programática (AP)** – programa de projetos com objetivos comuns, visando a obtenção de economias de escala e a sustentabilidade, a melhoria da integração horizontal e vertical, e maiores oportunidades para otimizar parcerias e co-financiamentos. Delegação de aprovações de projetos a agências habilitadas, como os PMDs
- Além dos elementos a serem considerados no PIF, os Documento-Quadro de Programa devem fornecer informações adequadas acerca do seguinte:
 - Valor adicionado da AP: o programa apresenta oportunidades para tratar do ambiente propício, investimentos locais e elementos transversais de forma mais abrangente do que é atualmente possível por meio de projetos estanques? Quais são as economias de escala?
 - Parcerias: o PFD identifica parceiros relevantes? Como contribuirão para os objetivos do programa?
 - Gestão do conhecimento: como as melhores práticas e lições serão compartilhadas entre os parceiros/países/projetos no âmbito do programa e além?



Sinergias com outros fundos do GEF

- Os projetos do GEF-5 podem buscar financiamento no âmbito de vários fundos fiduciários, inclusive o LDCF e o SCCF.
- Os projetos que contam com vários fundos fiduciários podem permitir a realização de economias de escala, e a promoção da integração entre setores, estratégias e políticas nacionais, e convenções ambientais.
- Embora um projeto específico possa utilizar recursos de vários fundos fiduciários, deve fazê-lo de acordo com o mandato e critérios de elegibilidade de cada fundo e janela de financiamento.
- Até o momento, o Conselho do LDCF/SCCF aprovou cerca de US\$ 22 milhões em recursos do LDCF para seis projetos que contam com vários fundos fiduciários (no Chade, Etiópia, Maláui, Mali, Ruanda e Togo).



Novo teto para a implementação de projetos do PANA

- O Fundo dos PMDs deve aplicar um princípio de **acesso igualitário** das Partes países menos desenvolvidos visando o financiamento para a implementação dos programas de ação nacional de adaptação
- O princípio do acesso igualitário se traduz pelo conceito de acesso equilibrado:
 - os financiamentos para a implementação dos PANAs ficarão à disposição de todos os PMDs
 - não concedidos por ordem de chegada (o que traz o risco de favorecimento dos países detentores de capacidades em detrimento dos PMDs mais vulneráveis)
- O teto de financiamento do Fundo para os PMDs é de 20 milhões de dólares

Exemplo: um PMD que já teve acesso a 12 milhões de dólares pode ter acesso a outros 8 milhões.



Referências

1. GEF, 2011. Accessing resources under the LDCF. Disponível em <http://www.thegef.org/gef/sites/thegef.org/files/publication/23469_LDCF.pdf>;
2. GEF, 20XX. Strategy on adaptation to climate change for the LDCF and the SCCF;



Módulo 3: Acesso aos recursos financeiros

3.6 Acesso a recursos no âmbito do Fundo de Adaptação

Oficinas de capacitação do LEG para 2012-2013
- Oficina dos PMDs de língua portuguesa e francesa



Grupo de Especialistas dos Países Menos Desenvolvidos (LEG)

Conteúdo deste módulo

Onde estamos?

Módulo 1: Trabalhos preliminares

Módulo 2: Estratégias para a implementação do PANA

Módulo 3: Acesso a recursos financeiros para a implementação do PANA

- 3.1. Introdução ao GEF e LDCF
- 3.2. Formulação de propostas de financiamento
- 3.3. Processos do PIF, PPG de aprovação do Diretor Geral
- 3.4. Custo e co-financiamento da adaptação
- 3.5. Últimos acontecimentos relativos aos procedimentos do GEF-LDCF

3.6 Acesso a recursos no âmbito do FA

Módulo 4: Melhores práticas e lições aprendidas

Módulo 5: Acompanhamento do progresso, monitoramento e avaliação

Módulo 6: Acompanhamento do progresso, M&A

Módulo 7: O processo do NAP

=====

ESTUDOS DE CASO + CONTRIBUIÇÕES REGIONAIS

Pontos de aprendizagem:

- Introdução ao Fundo de Adaptação

Questões norteadoras:

- Como obter acesso a recursos do Fundo de Adaptação para a implementação do PANA e/ou outras iniciativas de adaptação?



O Fundo de Adaptação

a) **Instituído** em 2001:

- Para financiar projetos e programas de adaptação concretos em países em desenvolvimento que são partes do Protocolo de Quioto particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima;

b) **Fontes dos recursos:**

- Taxa de atividades de projetos de MDL (2% dos CERs emitidos para uma atividade de projeto MDL);
- Contribuições de governos, do setor privado e de indivíduos;

c) **Governança e administração:**

- Supervisionado e gerido pelo Conselho do Fundo de Adaptação (AFB), composto por 16 membros e 16 suplentes que representam Partes do Protocolo de Quioto;
- O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) presta serviços de secretariado ao AFB;
- O Banco Mundial atua como administrador do Fundo de Adaptação;

d) **Mais informações:**



- <<http://www.adaptation-fund.org/>>, <<http://unfccc.int/3659.php>>.

Critérios de elegibilidade para projetos e programas no âmbito do FA

- Coerência com as estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, inclusive, conforme o caso, planos nacionais de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza, comunicações nacionais e programas de ação nacional de adaptação e outros instrumentos relevantes, nos casos em que existirem;
- Benefícios econômicos, sociais e ambientais dos projetos;
- Cumprimento de normas técnicas nacionais, nos casos aplicáveis;
- Relação custo-benefício de projetos e programas;
- Esquemas de gestão, inclusive gestão financeira e de risco;
- Esquemas de monitoramento e avaliação, e avaliação de impacto;
- Evitando a duplicidade com outras fontes de financiamento para a adaptação na mesma atividade de projeto;
- Migração para uma abordagem programática, nos casos apropriados.



Modalidades operacionais

Aprovação do país:

- Toda proposta de financiamento precisa ser aprovada pelo governo requerente;
- Cada Parte deverá designar e comunicar ao Secretariado a autoridade que irá aprovar em nome do governo nacional os projetos e programas propostos pelas entidades de implementação;

Janelas de financiamento:

- Projetos e programas de pequeno porte (até US\$ 1 milhão);
- Projetos e programas normais (acima de US\$ 1 milhão);

Países habilitados:

- Partes países em desenvolvimento do Protocolo de Quioto particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima, inclusive as seguintes:
 - o Países de baixa altitude e outros pequenos países insulares;
 - o Países com zonas costeiras, áridas e semi-áridas de baixa altitude ou áreas sujeitas a inundações, seca e desertificação; e
 - o Países em desenvolvimento com ecossistemas montanhosos frágeis.



Credenciamento de entidades de implementação

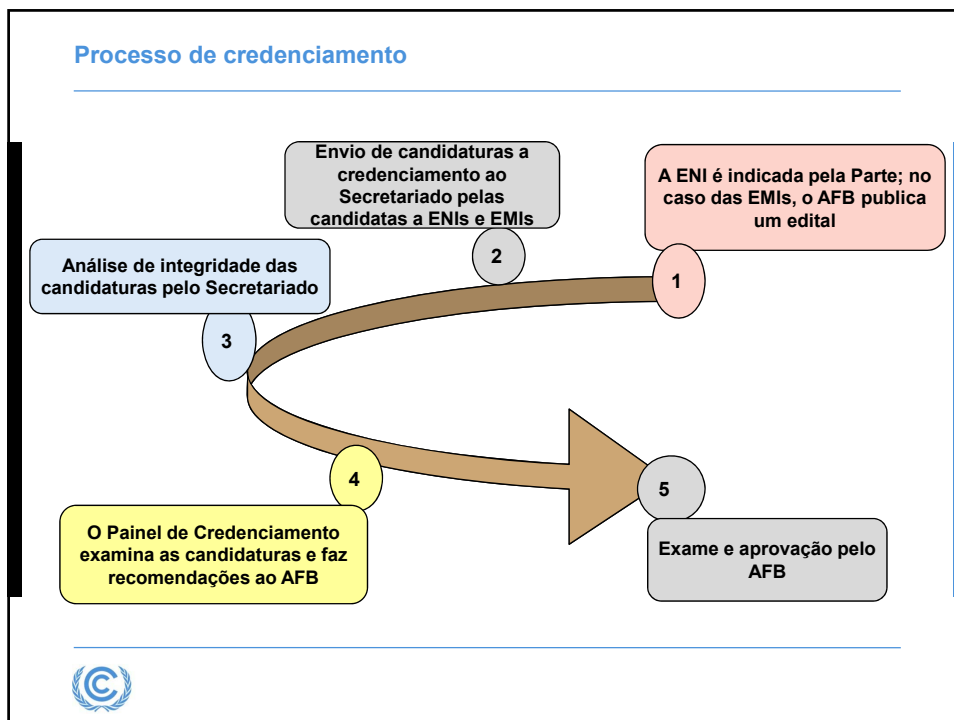
Categorias:

- Entidades nacionais de implementação (ENIs);
- Entidades multilaterais de implementação (EMIs);

Padrões fiduciários:

- Integridade e gestão financeira;
- Capacidade institucional;
- Transparência e poderes de auto-investigação;





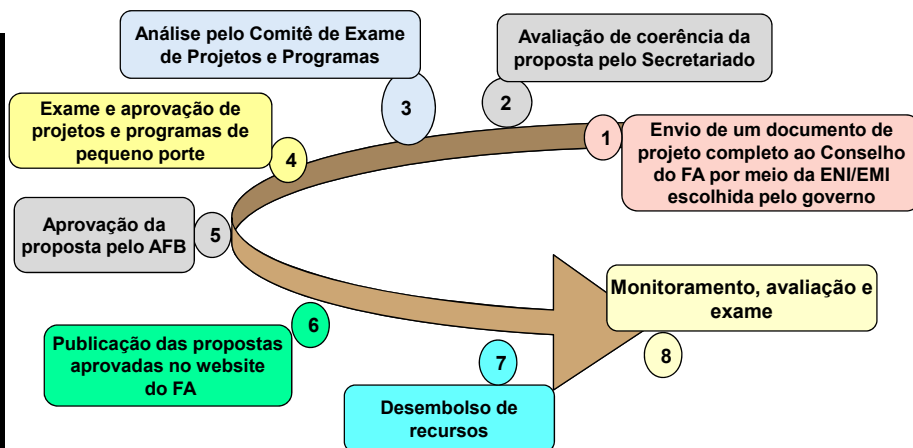
Necessidades de desenvolvimento de capacidades para acesso direto

Experiência do GIZ:¹

- Identificação da instituição mais apropriada;
- Apresentação de uma candidatura convincente;
- Cumprimento das normas fiduciárias e apresentação de comprovantes;
- Viabilização do sucesso na implementação de projetos.

1. GIZ, 2011. Capacity development for direct access to climate finance - experience gained through GIZ's support work for national institutions. *Documento de discussão interna do GIZ.*

Ciclo de projetos do Fundo de Adaptação



Os projetos e programas de pequeno porte seguem um processo de etapa única. Os projetos e programas normais podem seguir um processo de duas etapas, a primeira das quais na submissão, exame e aprovação em um conceito inicial de projeto.



Projetos financiados de PMDs no âmbito do Fundo de Adaptação, setembro de 2012

Pais	Título do projeto	Montante aprovado (US\$)	Entidade de implementação	Data da aprovação
Camboja	Melhoria da resiliência ao clima de comunidades rurais residentes em áreas protegidas do Camboja	4.954	PNUMA	Junho de 2012
Djibuti	Criação de hortas agropastoris como estratégia de adaptação para comunidades rurais carentes no Djibuti	4.659	PNUD	Junho de 2012
Mauritânia	Melhoria da resiliência das comunidades aos efeitos adversos da mudança do clima na segurança alimentar da Mauritânia	7.803	PAM	Junho de 2012
Tanzânia	Implementação de medidas de adaptação concretas para reduzir a vulnerabilidade da subsistência e economia de comunidades costeiras da Tanzânia	5.008	PNUMA	Dezembro de 2011
Samoa	Aumento da resiliência das comunidades costeiras de Samoa à mudança do clima	8.732	PNUD	Dezembro de 2011
Madagáscar	Promoção da resiliência ao clima no setor de cultivo de arroz	5.105	PNUMA	Dezembro de 2011
Eritreia	Programa de adaptação à mudança do clima em recursos hídricos e agricultura na região do Anseba	6.521	PNUD	Março de 2011
Ilhas Salomão	Melhoria da resiliência das comunidades das Ilhas Salomão aos efeitos adversos da mudança do clima na agricultura e segurança alimentar	5.534	PNUD	Março de 2011
Senegal	Adaptação à erosão costeira em áreas vulneráveis	8.619	Entidade nacional de implementação: Centre de Suivi Ecologique	Setembro de 2010

Experiências dos países

Experiências de Djibuti/Mauritânia/Madagáscar.

